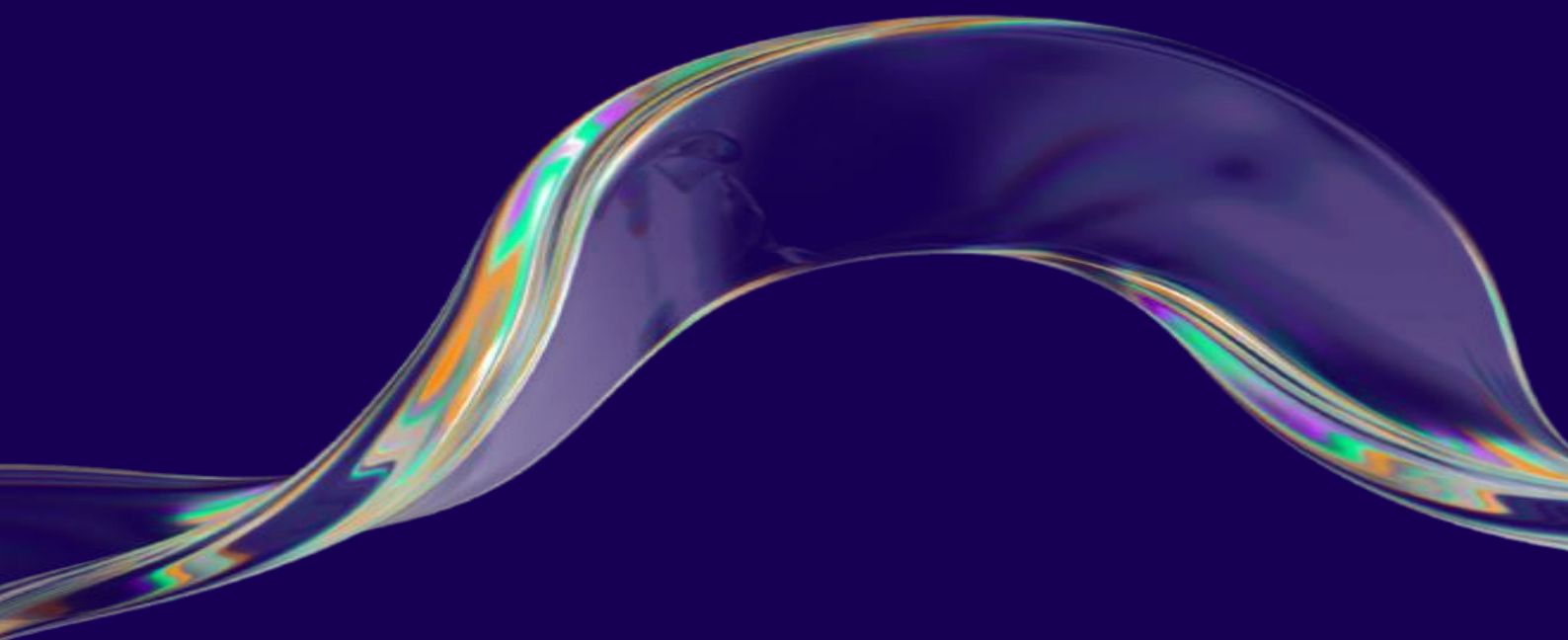


MRTV Energia S.A.



**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024 e relatório dos
auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
MRTV Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MRTV Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota 16 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação aos resultados de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

MRTV Energia S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



MRTV Energia S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2025

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balanço patrimonial	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	11
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	13
5	Receita	14
6	Custos e despesas	15
7	Resultado financeiro líquido	15
8	Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva	16
9	Contas a receber de clientes	17
10	Investimentos	18
11	Imobilizado	18
12	Financiamentos	21
13	Fornecedores	22
14	Provisão para litígios	23
15	Obrigações de desmobilização de ativos	23
16	Partes relacionadas	24
17	Patrimônio líquido	26
18	Imposto de renda e contribuição social	27
19	Instrumentos financeiros e gestão de risco	27
20	Seguros	32

MRTV Energia S.A
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	5	-	-	24.680	18.373
Custo com energia elétrica	6	-	-	(4.292)	(1.633)
Custo com operação	6	-	-	(10.508)	(7.298)
Lucro bruto		-	-	9.880	9.442
Despesas operacionais	6				
Gerais e administrativas		(51)	(62)	(2.817)	(856)
Outras receitas operacionais		-	-	(1)	-
		(51)	(62)	(2.818)	(856)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(51)	(62)	7.062	8.586
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		(1.961)	1.040	-	-
		(1.961)	1.040	-	-
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		30	55	3.879	2.752
Despesas financeiras		-	-	(12.806)	(7.223)
		30	55	(8.927)	(4.471)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.982)	1.033	(1.865)	4.115
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	18	-	-	(2.078)	(1.490)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas		(1.982)	1.033	(3.943)	2.625
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores		(1.982)	1.033	(1.982)	1.033
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(1.961)	1.592
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.982)	1.033	(3.943)	2.625

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MRTV Energia S.A
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.982)	1.033	(3.943)	2.625
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(1.982)	1.033	(3.943)	2.625
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores	(1.982)	1.033	(1.982)	1.033
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(1.961)	1.592
Total do resultado abrangente do exercício	(1.982)	1.033	(3.943)	2.625

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MRTV Energia S.A
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.982)	1.033	(1.865)	4.115
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros e variações monetárias de financiamentos	12(c)	-	-	12.339	6.805
Depreciação e amortização	6	-	-	8.128	5.410
Equivalência patrimonial	10	1.961	(1.040)	-	-
Apropriação dos custos de captações	12(c)	-	-	129	96
Rendimento sobre fundo de liquidez - conta reserva		-	-	(349)	(282)
Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos	15(a)	-	-	210	130
		(21)	(7)	18.592	16.274
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	(173)	27
Tributos a recuperar		(6)	(10)	88	(55)
Demais créditos e outros ativos		-	-	14	(157)
Fornecedores		-	-	(60)	(2.095)
Tributos a recolher		-	-	(2.040)	(1.560)
Partes relacionadas		-	-	1.386	(2)
Demais obrigações e outros passivos		21	-	(91)	263
Caixa aplicado nas operações		(6)	(17)	17.716	12.695
Juros pagos sobre empréstimos	12(c)	-	-	(6.002)	(4.001)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(13)	(13)	(13)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(6)	(30)	11.701	8.681
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate em conta reserva		-	-	122	187
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		-	-	122	187
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de financiamentos	12(c)	-	-	(6.461)	(4.079)
Liquidação de arrendamentos		-	-	(5)	(2)
Redução de capital		-	(700)	-	(700)
Dividendos pagos		-	(9)	-	(9)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	(709)	(6.466)	(4.790)
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		(6)	(739)	5.357	4.078
Caixa incluído por empresa na consolidação		-	-	-	26.907
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		296	1.035	32.020	1.035
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		290	296	37.377	32.020
Principais transações que não afetaram o caixa					
Cisão		-	58.303	-	-
Redução de capital via transferência de ativos		-	(28.875)	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MRTV Energia S.A
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	290	296	37.377	32.020
Contas a receber de clientes	9	-	-	1.779	1.606
Tributos a recuperar		31	28	185	276
Outros ativos		-	-	273	287
		<u>321</u>	<u>324</u>	<u>39.614</u>	<u>34.189</u>
Não circulante					
Fundo de liquidez - conta reserva	8	-	-	3.885	3.658
Partes relacionadas	16	-	-	3.538	3.538
Tributos a recuperar		3	-	3	-
		<u>3</u>	<u>-</u>	<u>7.426</u>	<u>7.196</u>
Investimento	10	28.507	30.468	-	-
Imobilizado	11	-	-	151.634	161.548
Intangível		-	-	83	115
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		-	-	4	9
		<u>28.507</u>	<u>30.468</u>	<u>151.721</u>	<u>161.672</u>
Total do ativo		<u>28.831</u>	<u>30.792</u>	<u>198.761</u>	<u>203.057</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos	12	-	-	6.712	6.385
Fornecedores	13	-	-	1.062	2.945
Arrendamentos		-	-	4	5
Tributos a recolher		-	-	250	225
Partes relacionadas	16	-	-	1.386	-
Dividendos a pagar	16	981	981	981	981
Outros passivos		21	-	324	415
		<u>1.002</u>	<u>981</u>	<u>10.719</u>	<u>10.956</u>
Não circulante					
Financiamentos	12	-	-	124.655	124.977
Arrendamentos		-	-	-	4
Tributos a recolher		-	-	4.764	4.764
Obrigações de desmobilização de ativos	15	-	-	2.287	2.077
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>131.706</u>	<u>131.822</u>
Total do passivo		<u>1.002</u>	<u>981</u>	<u>142.425</u>	<u>142.778</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	17	29.728	29.728	29.728	29.728
Reserva de lucros		83	83	83	83
Prejuízos acumulados		(1.982)	-	(1.982)	-
Total do patrimônio líquido		<u>27.829</u>	<u>29.811</u>	<u>27.829</u>	<u>29.811</u>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		27.829	29.811	27.829	29.811
Participação dos acionistas não controladores		-	-	28.507	30.468
Total do patrimônio líquido		<u>27.829</u>	<u>29.811</u>	<u>56.336</u>	<u>60.279</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>28.831</u>	<u>30.792</u>	<u>198.761</u>	<u>203.057</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MRTV Energia S.A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Reservas de lucros				Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva Legal	Retenção	Lucros (prejuízos) acumulados		
Em 1º de janeiro de 2023	1.000	2	29	-	1.031	1.031
Lucro líquido exercício	-	-	-	1.033	1.033	2.625
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.033	1.033	2.625
Aumento de capital	58.303	-	-	-	58.303	87.179
Redução de capital via transferência de ativos	(28.875)	-	-	-	(28.875)	(28.875)
Redução de capital via caixa	(700)	-	-	-	(700)	(700)
Constituição de reserva legal	-	52	-	(52)	-	-
Dividendos fixos preferenciais	-	-	-	(981)	(981)	(981)
Contribuições e distribuições aos acionistas	28.728	52	-	(1.033)	27.747	56.623
Em 31 de dezembro de 2023	29.728	54	29	-	29.811	60.279
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.982)	(1.982)	(3.943)
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	(1.982)	(1.982)	(3.943)
Em 31 de dezembro de 2024	29.728	54	29	(1.982)	27.829	56.336

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A MRTV Energia S.A., "Companhia" ou "MRTV", é sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, que foi constituída em 07 de dezembro de 2020.

A Companhia tem por objetivo (i) a exploração, em nome próprio ou por meio de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica, na forma permitida em lei e mediante obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e a comercialização de energia elétrica a partir de qualquer fonte; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal propósito; e (iv) a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos e a prestação de serviços de consultoria de projetos energia elétrica.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren"), e possui participação societária detida pela Ibema Companhia Brasileira de Papel ("Ibema").

As atividades da Companhia e sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* ("IFRIC"), ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 23 de abril de 2025.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

(a) Controlada

A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controlada da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controlada são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras de forma proporcional à participação da Companhia na controlada em conjunto.

A Ventos de Santo Alfredo possui participação de 15,22% na empresa Consórcio Ventos do Piauí III, havendo operação em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

(c) Empresa controlada incluída na demonstração financeira consolidada

	2024		2023		Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante		
Complexo Eólico Ventos do Piauí II e III						
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	50%	100%	50%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia em 2024

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2 Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a controlada Ventos de Santo Alfredo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
11	Imobilizado
14	Provisão para litígios
15	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A controlada Ventos de Santo Alfredo segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da controlada da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da controlada Ventos de Santo Alfredo são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

As operações de venda de energia realizadas pela Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

Contratos regulados - Leilão: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	Consolidado	
		2024	2023
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	16	10.060	18.956
Energia de curto prazo - CCEE		15.706	195
		25.766	19.151
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(940)	(699)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(146)	(79)
		(1.086)	(778)
Receita líquida		24.680	18.373

6 Custos e despesas

					2024	2023
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(2.106)	-	-	-	(2.106)	(256)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.186)	-	-	-	(2.186)	(1.377)
Depreciação e amortização	-	(7.689)	(439)	-	(8.128)	(5.410)
Pessoal	-	(10)	(1.195)	-	(1.205)	-
Pessoal	-	(10)	(1.195)	-	(1.205)	-
Materiais	-	(4)	(24)	-	(28)	(32)
Materiais	-	(4)	(24)	-	(28)	(32)
Serviços	-	(2.318)	(646)	-	(2.964)	(1.916)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(1.922)	-	-	(1.922)	(1.191)
Manutenção e conservação	-	(108)	(300)	-	(408)	(237)
Serviços de terceiros	-	(288)	(346)	-	(634)	(488)
Outros	-	(487)	(513)	(1)	(1.001)	(796)
Aluguéis e arrendamentos	-	(383)	(52)	-	(435)	(303)
Seguros	-	-	(465)	-	(465)	(348)
Impostos, taxas e contribuições	-	(19)	(4)	-	(23)	(30)
Outros custos e despesas líquidas	-	(85)	8	(1)	(78)	(115)
	(4.292)	(10.508)	(2.817)	(1)	(17.618)	(9.787)

As variações referem-se, principalmente, a rateios de despesas de mão de obra.

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre aplicações financeiras		31	58	3.880	2.754
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(1)	(3)	(1)	(3)
Outras receitas financeiras		-	-	-	1
		30	55	3.879	2.752
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos	12 (c)	-	-	(6.014)	(3.273)
Atualização monetária sobre financiamentos	12 (c)	-	-	(6.325)	(3.532)
Despesa de captação de financiamentos		-	-	-	(130)
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	-	-	(129)	(96)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	15 (a)	-	-	(210)	(130)
Juros sobre mútuo		-	-	-	(12)
Outras despesas financeiras		-	-	(128)	(50)
		-	-	(12.806)	(7.223)
		30	55	(8.927)	(4.471)

8 Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

(a) Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa				
Caixa e bancos	10	8	150	139
	10	8	150	139
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (b)	-	-	35.256	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	280	288	1.971	31.881
	280	288	37.227	31.881
Caixa e equivalentes de caixa	290	296	37.377	32.020
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)				
Não circulante	-	-	3.885	3.658
	-	-	3.885	3.658
	290	296	41.262	35.678

Em 31 de dezembro de 2024, CDBs e fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa de remuneração entre 97,00% e 101,00% do CDI (99,35% e 101,38% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(i) Os contratos de financiamento da controlada Ventos de Santo Alfredo exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

(b) Quotas de fundos de investimentos

	Consolidado
	2024
Quotas de fundos de investimentos	
Operações Compromissadas - Títulos públicos	31.293
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	3.963
	35.256

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Auren, o Fundo Odessa e fundos de reserva. As operações são compostas substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 98,70% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (99,83% em 31 de dezembro de 2023).

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2024	2023	2024	2023
AAA	290	296	41.251	35.678
Sem rating	-	-	11	-
	290	296	41.262	35.678

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizados por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da controlada Ventos de Santo Alfredo analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela controlada Ventos de Santo Alfredo, normalmente, possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2024	2023
Leilão de Energia de Reserva (LER)	897	-
Partes relacionadas (Nota 16)	832	1.431
Energia de curto prazo - CCEE	50	175
	1.779	1.606

(b) Vencimentos de contas a receber

	2024	2023
A vencer	1.779	1.606
	1.779	1.606

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a controlada Ventos de Santo Alfredo não possui saldos vencidos nem contas cujo recebimento seja considerado duvidoso, e dessa forma não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e sua controlada direta e indireta ("subsidiária"). A subsidiária é consolidada quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2024				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			Saldo	
					2024	2023	2024	2023
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	57.014	(3.921)	50,00	100,00	(1.961)	1.040	28.507	30.468
					(1.961)	1.040	28.507	30.468

(b) Movimentação

	Controladora	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	30.468	-
Equivalência patrimonial	(1.961)	1.040
Aumento de capital	-	58.303
Redução de capital	-	(28.875)
Saldo no final do exercício	28.507	30.468

11 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A controlada Ventos de Santo Alfredo reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 15).

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a controlada Ventos de Santo Alfredo não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício									
Custo	145.366	22.474	644	1.841	54	-	2.071	172.450	-
Depreciação acumulada	(9.499)	(1.295)	(34)	(70)	(4)	-	-	(10.902)	-
Saldo líquido no início do exercício	135.867	21.179	610	1.771	50	-	2.071	161.548	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	908
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.823)	(1.823)	(522)
Depreciação	(7.100)	(910)	(21)	(56)	(4)	-	-	(8.091)	(5.387)
Empresa incluída na consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	166.549
Transferências	-	158	-	-	11	2	(171)	-	-
Saldo no final do exercício	128.767	20.427	589	1.715	57	2	77	151.634	161.548
Custo	145.366	22.632	644	1.841	65	2	77	170.627	172.450
Depreciação acumulada	(16.599)	(2.205)	(55)	(126)	(8)	-	-	(18.993)	(10.902)
Saldo líquido no final do exercício	128.767	20.427	589	1.715	57	2	77	151.634	161.548
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0	5,0	3,0	3,0	6,0	15,0			

12 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

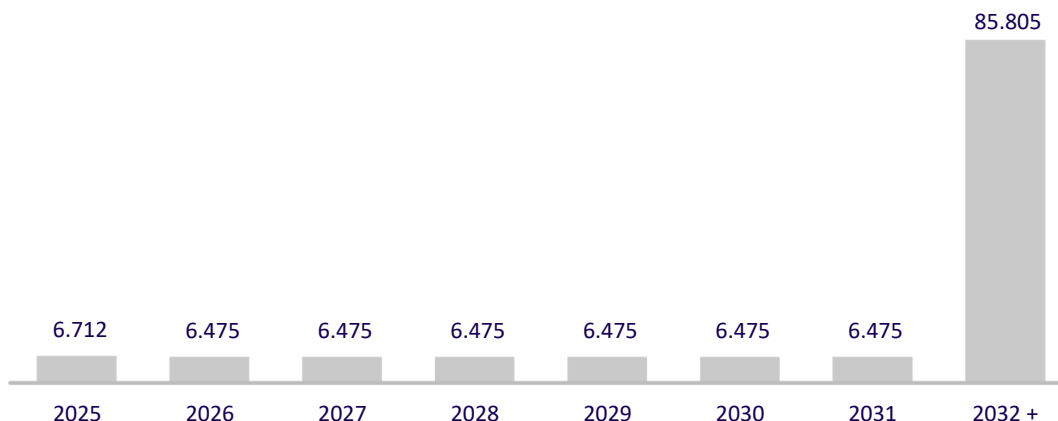
										Consolidado
										2024
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDES	IPCA + 4,56%	6.604	(129)	237	6.712	127.135	(2.480)	124.655	131.367	70.066
		6.604	(129)	237	6.712	127.135	(2.480)	124.655	131.367	70.066

										Consolidado
										2023
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDES	IPCA + 4,56%	6.300	(129)	214	6.385	127.586	(2.609)	124.977	131.362	89.264
		6.300	(129)	214	6.385	127.586	(2.609)	124.977	131.362	89.264

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	131.362	-
Provisão de juros (Nota 7)	6.014	3.273
Atualização monetária (Nota 7)	6.325	3.532
Apropriação dos custos de captações (Nota 7)	129	96
Juros pagos	(6.002)	(4.001)
Liquidações	(6.461)	(4.079)
Empresa incluída na consolidação	-	132.541
Saldo no final do exercício	131.367	131.362

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A.e pela MRTV Energia S.A. Contas reservas; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas (não auditado)

Os financiamentos obtidos pela controlada Ventos de Santo Alfredo contêm cláusulas restritivas (covenants) financeiras e não financeiras.

Atualmente, o único covenant financeiro existente é o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD), que possui a obrigatoriedade de manutenção desse índice em maior ou igual a 1,2x, apurado a cada encerramento do exercício.

A Administração da Companhia e sua controlada monitora esses índices para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2024 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

13 Fornecedores

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores de materiais	1.011	2.849
Fornecedores de serviços	10	53
Fornecedores de serviços - partes relacionadas (Nota 16)	41	43
	1.062	2.945

14 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas provável

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Ventos de Santo Alfredo possui apenas processos de natureza tributária com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 453 (R\$ 426 em 31 de dezembro de 2023).

15 Obrigações de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado

como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) **Composição e movimentação das provisões**

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	Consolidado	
			2024	2023
Saldo no início do exercício	44.839	(42.762)	2.077	-
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	210	210	130
Empresa incluída na consolidação	-	-	-	1.947
Saldo no final do exercício	44.839	(42.552)	2.287	2.077
Não circulante	44.839	(42.552)	2.287	2.077
	44.839	(42.552)	2.287	2.077

16 **Partes relacionadas**

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados principalmente, à compra e venda de produtos e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren.

MRTV Energia S.A

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas de energia e outras receitas								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	832	1.431	-	-	8.597	18.839	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	1.463	117	-	-
	<u>832</u>	<u>1.431</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.060</u>	<u>18.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores - serviços								
Votorantim S.A.	-	-	41	43	-	-	(13)	(177)
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(603)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41</u>	<u>43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(616)</u>	<u>(177)</u>
Conta corrente (i)								
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	907	907	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	907	907	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	998	998	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	726	726	-	-	-	-	-	-
	<u>3.538</u>	<u>3.538</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar								
Auren Energia S.A.	-	-	981	981	-	-	-	-
Repasso de custos partes relacionadas (ii)								
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
Auren Energia S.A.	-	-	991	-	-	-	(961)	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	167	-	-	-	(167)	-
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	228	-	-	-	(228)	-
Consórcio Ventos do Piauí III	-	-	-	-	-	-	(3)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.386</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.359)</u>	<u>-</u>
	<u>4.370</u>	<u>4.969</u>	<u>2.408</u>	<u>1.024</u>	<u>10.060</u>	<u>18.956</u>	<u>(1.975)</u>	<u>(177)</u>

(i) Rateio referente ao pagamento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST.

(ii) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 29.728, dividido em 54.304.614 ações, sendo 27.152.307 ações ordinárias, das quais 12.218.538 pertencem à classe A; 14.933.769 à classe B; e 27.152.307 ações preferenciais, todas as ações da Companhia nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia é dividido conforme quadro societário abaixo:

	Capital social integralizado	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Acionistas controladores					
Auren Energia S.A.	21.553	12.218.538	27.152.307	39.370.845	72,5%
Ibema Companhia Brasileira de Papel S.A	8.175	14.933.769	-	14.933.769	27,5%
	29.728	27.152.307	27.152.307	54.304.614	100%

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Cálculo

	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.982)	1.033
(-) Reserva legal - 5%	-	(52)
Lucro (prejuízo) ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	(1.982)	981
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	-	(981)
(=) Saldo de lucros (prejuízos) acumulados	(1.982)	-
(=) Saldo	(1.982)	-

18 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação de despesa de IRPJ e CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a holding apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.982)	1.033	(1.865)	4.115
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	674	(351)	634	(1.399)
Equivalência patrimonial	(667)	354	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(7)	-	(7)	-
Outras adições permanentes, líquidas	-	(3)	-	(3)
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(2.705)	(88)
IRPJ e CSLL apurados	-	-	(2.078)	(1.490)
Correntes	-	-	(2.078)	(1.490)
IRPJ e CSLL no resultado	-	-	(2.078)	(1.490)

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da Companhia no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nota	Nível	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Ativos						
Ao custo amortizado						
Contas a receber de clientes	9		-	-	1.779	1.606
Partes relacionadas	16		-	-	3.538	3.538
			-	-	5.317	5.144
Ao valor justo por meio do resultado (i)						
Equivalentes de caixa	8	1	280	288	37.227	31.881
Fundo de liquidez - Conta reserva	8	1	-	-	3.885	3.658
			280	288	41.112	35.539
			280	288	46.429	40.683
Passivos						
Ao custo amortizado						
Financiamentos (ii)	12		-	-	131.367	131.362
Arrendamentos			-	-	4	9
Fornecedores	13		-	-	1.062	2.902
Partes relacionadas	16		-	-	1.386	43
			-	-	133.819	134.316

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 12.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco de não performance dos parques eólicos, e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às empresas *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	12.292	23.638	22.491	133.068	191.489
Fornecedores	1.062	-	-	-	1.062
Arrendamentos (i)	4	-	-	-	4
Partes relacionadas	1.386	-	-	-	1.386
	<u>14.744</u>	<u>23.638</u>	<u>22.491</u>	<u>133.068</u>	<u>193.941</u>
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	12.023	23.118	22.021	137.418	194.580
Fornecedores	2.945	-	-	-	2.945
Arrendamentos (i)	6	4	-	-	10
	<u>14.974</u>	<u>23.122</u>	<u>22.021</u>	<u>137.418</u>	<u>197.535</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

19.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
BRL - CDI 12,15%	Equivalentes de caixa, e fundo de liquidez – conta reserva	41.112	151 bps*	619	(1.248)	(2.498)	1.248	2.498
BRL - IPCA 4,83%	Financiamentos (i)	133.976	17 bps*	(228)	1.618	3.236	(1.618)	(3.236)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* *basis points*

20 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até setembro/2025
RCG	RC operações, empregador, poluição súbita, danos morais, entre outras.	até agosto/2025

O prêmio total pago pela Companhia para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 447 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 566 em 31 de dezembro de 2023).